

# MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Concurso Público para provimento de cargos de

**Agente Administrativo**

**Classe - M**

Caderno de Prova, Cargo N12, Tipo 001  
000000000000000000  
00001-0001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

<b>P R O V A</b>
Conhecimentos Específicos Língua Portuguesa Legislação Informática

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS  
Abril/2008

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

1. Considere:

- I. Expedir carteira funcional dos membros e dos servidores do Ministério Público.
- II. Decidir sobre pedido de revisão de processo administrativo-disciplinar, no prazo de trinta dias.
- III. Dirigir e acompanhar o Estágio probatório dos membros do Ministério Público.
- IV. Resolver os conflitos de atribuições entre membros do Ministério Público.

Incluem-se dentre as atribuições do Procurador-Geral de Justiça as indicadas APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e IV.
- (C) I, II e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) I e III.

2. Os Secretários de Diligências do Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça, no desempenho de atividades externas próprias de seu cargo, têm direito a gratificação mensal por exercício de atividades perigosas, comprovadas mediante atestado de efetividade expedido pela respectiva chefia. Tal gratificação consistirá no percentual de

- (A) 30%, calculado sobre o vencimento básico da classe inicial da carreira.
- (B) 20%, calculado sobre o vencimento básico da classe inicial da carreira.
- (C) 35%, calculado sobre o vencimento básico da classe inicial da carreira.
- (D) 20%, calculado sobre o vencimento básico do respectivo cargo.
- (E) 35%, calculado sobre o vencimento básico do respectivo cargo.

3. O auxílio-creche a que têm direito os servidores ativos do Ministério Público que, preenchidas as demais condições legais, tenham filhos dependentes com idade igual ou inferior a 6 anos, consistirá em 12 parcelas e será concedido mensalmente

- (A) por filho ou dependente, no valor correspondente ao percentual de 20% do vencimento da classe inicial do Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça.
- (B) no valor correspondente ao percentual de 35% do vencimento básico da classe inicial do Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça, independentemente do número de filhos ou dependentes.
- (C) por filho ou dependente, no valor correspondente ao percentual de 30% do vencimento da classe inicial do Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça.
- (D) no valor correspondente ao percentual de 20% do vencimento básico da classe inicial do Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça, independentemente do número de filhos ou dependentes.
- (E) por filho ou dependente, no valor correspondente ao percentual de 30% do vencimento da classe “C” do Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça.

4. A respeito do Auxílio-Refeição concedido aos servidores em atividade do Ministério Público, é correto afirmar que:

- (A) sobre o Auxílio-Refeição incidirão contribuições trabalhistas e previdenciárias.
- (B) considera-se servidor em atividade o empregado regido pela CLT, no exercício de suas atribuições.
- (C) o beneficiário que requerer sua exclusão do benefício não poderá solicitar reinclusão.
- (D) fará jus ao benefício o servidor à disposição de entidade estranha ao Ministério Público.
- (E) o Auxílio-Refeição se incorporará à remuneração do servidor para todos os efeitos legais.

5. De acordo com a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, incluem-se dentre os órgãos de Administração do Ministério Público

- (A) os Promotores de Justiça.
- (B) as Comissões de Concurso.
- (C) os Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional.
- (D) as Procuradorias de Justiça.
- (E) os Órgãos de Apoio Administrativo.

6. De acordo com a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, NÃO compete ao Colégio de Procuradores de Justiça julgar recurso contra decisão

- (A) condenatória em procedimento administrativo disciplinar.
- (B) de vitaliciamento ou não de membros do Ministério Público.
- (C) do Conselho Superior do Ministério Público que aprovar permuta entre membros do Ministério Público.
- (D) proferida em reclamação quanto ao quadro geral de antigüidade.
- (E) de disponibilidade de membro do Ministério Público, por motivo de interesse público.

7. Dentre as prerrogativas do membro do Ministério Público se inclui a de ingressar e transitar livremente:

- I. nas salas de Sessões dos Tribunais, mesmo além dos limites que separam a parte reservada aos Magistrados.
- II. nas salas e dependências de audiências, secretarias, cartórios e tabelionatos.
- III. nas delegacias de polícia e estabelecimentos de internação coletiva.
- IV. em qualquer recinto privado, em qualquer horário e independentemente de mandado judicial.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) II e III.
- (C) I e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) III e IV.

<p>8. A respeito dos princípios institucionais e das garantias do Ministério Público, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) O princípio do Promotor Natural veda designações arbitrárias de Promotores de Justiça de uma Promotoria para as funções de outra, afastando-o de suas atribuições legais.</p> <p>(B) O princípio da indivisibilidade impede que o Ministério Público possa se subdividir em vários outros Ministérios Públicos autônomos e desvinculados um dos outros.</p> <p>(C) O princípio da independência ou autonomia funcional garante ao membro do Ministério Público não ficar sujeito às ordens de quem quer que seja, somente devendo prestar contas de seus atos à Constituição, à lei e à sua consciência.</p> <p>(D) Por força do princípio da unidade, os membros do Ministério Público Federal e dos Estados, bem como os diversos ramos do Ministério Público da União integram um só órgão.</p> <p>(E) Em virtude da garantia de vitaliciedade, o membro do Ministério Público vitalício somente poderá perder seu cargo por decisão judicial transitada em julgado, cuja iniciativa é do Procurador-Geral de Justiça, após autorização do Colégio de Procuradores.</p>	<p>12. De acordo com a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, a respeito das funções do Ministério Público, é correto afirmar:</p> <p>(A) o membro do Ministério Público será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar.</p> <p>(B) o Ministério Público, no exercício de suas funções, não poderá dar publicidade dos procedimentos administrativos não disciplinares que instaurar e das medidas adotadas.</p> <p>(C) incumbe ao Ministério Público promover a ação penal privada, quando a vítima ou quem tiver qualidade para representa-la deixar de fazê-lo.</p> <p>(D) é permitido, no caso de falta ao serviço, o exercício das funções do Ministério Público por pessoas a ele estranhas.</p> <p>(E) incumbe ao Ministério Público interpor recursos, exceto ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça.</p>
<p>9. Entre as competências do Conselho Nacional do Ministério Público está a de</p> <p>(A) decretar a perda do cargo dos membros vitalícios dos Ministérios Públicos dos Estados.</p> <p>(B) designar membros dos Ministérios Públicos dos Estados para oficiar em determinados processos.</p> <p>(C) elaborar a proposta orçamentária do Ministério Público da União.</p> <p>(D) destituir os Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados, quando conveniente ao interesse público.</p> <p>(E) rever os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano.</p>	<p>13. Nos termos da Lei de Licitações, é dispensável a licitação, dentre outras hipóteses,</p> <p>(A) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem; e para a impressão dos diários oficiais e de formulários padronizados de uso da administração.</p> <p>(B) para contratação de artista consagrado pela crítica especializada; e para contratação de serviço com profissional de notória especialização.</p> <p>(C) para contratação de serviço com profissional de notória especialização; e nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.</p> <p>(D) para impressão de diários oficiais e de formulários padronizados de uso da administração; e para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.</p> <p>(E) para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo; e para contratação de artista consagrado pela crítica especializada.</p>
<p>10. De acordo com a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, o Conselho Superior do Ministério Público</p> <p>(A) tem competência para aprovar o quadro geral de antigüidade do Ministério Público.</p> <p>(B) tem como membro nato apenas o Procurador-Geral de Justiça, sendo que todos os demais são eleitos.</p> <p>(C) pode ser integrado por Procuradores de Justiça afastados da carreira, desde que eleitos na forma da lei complementar estadual.</p> <p>(D) tem competência para eleger e destituir o Corregedor-Geral do Ministério Público.</p> <p>(E) tem competência para encaminhar ao Poder Legislativo os projetos de lei de iniciativa do Ministério Público.</p>	<p>14. Sobre os registros cadastrais na Lei de Licitações, considere:</p> <p>I. Para a preservação do sigilo, é proibido às unidades administrativas utilizarem-se de registros cadastrais de outros órgãos ou entidades da Administração Pública.</p> <p>II. Os inscritos serão classificados por categorias, tendo-se em vista sua especialização, subdivididas em grupos, segundo a qualificação técnica e econômica avaliada pelos elementos constantes da documentação exigida pela lei.</p> <p>III. A atuação do licitante no cumprimento de obrigações assumidas será anotada no respectivo registro cadastral.</p> <p>IV. O registro cadastral é válido por, no máximo, dois anos.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I, II e IV.</p> <p>(B) II, III e IV.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>
<p>11. A Constituição Federal vigente situa o Ministério Público</p> <p>(A) dentro do Poder Judiciário.</p> <p>(B) dentro do Poder Executivo, em capítulo especial.</p> <p>(C) em capítulo especial, fora da estrutura dos demais poderes da República.</p> <p>(D) dentro do Poder Legislativo.</p> <p>(E) como órgão de cooperação das atividades do Poder Executivo.</p>	

<p>15. Nos contratos administrativos, a garantia contratual, desde que prevista no instrumento convocatório, será calculada sobre o valor do contrato, não podendo exceder a</p> <p>(A) cinco por cento.          (B) dez por cento.          (C) vinte por cento.          (D) trinta por cento.          (E) cinquenta por cento.</p>	<p>19. Entende-se por liquidação da despesa</p> <p>(A) o efetivo pagamento do credor, por meio de cheque, depósito em conta, ordem de crédito, ou qualquer outro meio equivalente.          (B) o recebimento do material ou serviço, com aposição de carimbo constatando a sua regularidade.          (C) o exame da regularidade da despesa e a verificação da observação de vários elementos, tais como: a regularidade da licitação, contrato, empenho, documentação do credor, recepção do material ou prestação do serviço.          (D) o despacho da autoridade competente determinando que a despesa seja paga.          (E) a ação do servidor competente no ato do recebimento do material ou serviço, quando confere o que foi comprado com o que foi entregue, para liberar o pagamento.</p>
<p>16. Nos termos da Lei de licitações, serão observados dentre outros atos, os seguintes, durante o procedimento e julgamento da licitação:</p> <p>(A) Lavratura de ata da sessão de abertura dos envelopes contendo a habilitação e as propostas é considerada facultativa.          (B) Vedada à Comissão, em qualquer fase da licitação, a realização de diligência ainda que destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.          (C) Julgamento e classificação das propostas devem ser realizados de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos no ato do julgamento.          (D) Abertura dos envelopes contendo a documentação para habilitação e as propostas deve ser realizada em local fechado, vedada a presença de pessoas estranhas à Comissão de Licitação.          (E) Devolução dos envelopes fechados aos concorrentes inabilitados, contendo as respectivas propostas, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação.</p>	<p>20. Sobre o empenho da despesa, considere</p> <p>I. Empenho é o ato emanado da autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento.          II. Empenho equivale à Nota de empenho, da qual devem constar, dentre outros requisitos, o nome do credor e a importância da despesa.          III. É permitida a realização de despesa sem prévio empenho, desde que regularizada a situação dentro de trinta dias.          IV. É possível o empenho de despesa por conta de futuro crédito orçamentário.          V. O empenho de despesa cujo montante não se possa determinar é feito por estimativa.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e III.          (B) I e V.          (C) II, IV e V.          (D) III e IV.          (E) IV e V.</p>
<p>17. NÃO se inclui entre as cláusulas necessárias do contrato administrativo, dentre outras,</p> <p>(A) os casos de rescisão.          (B) o regime de execução ou a forma de fornecimento.          (C) o crédito pelo qual correrá a despesa.          (D) a previsão de alteração unilateral por conveniência do serviço.          (E) as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso.</p>	<p>21. Tendo em vista o orçamento público e o disposto na Lei nº 4.320/64, analise:</p> <p>I. Despesas necessárias à prestação de serviços e à manutenção da ação da administração.          II. Despesas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais.</p> <p>Os conceitos acima se referem, respectivamente, a</p> <p>(A) despesas de capital e subvenções.          (B) transferências correntes e despesas de custeio.          (C) despesas de custeio e transferências correntes.          (D) subvenções e despesas de capital.          (E) despesas de custeio e despesas de capital.</p>
<p>18. É certo que, para participar de pregão presencial o interessado</p> <p>(A) deve estar inscrito no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do órgão licitante.          (B) não precisa estar inscrito no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do órgão licitante nem em outro sistema similar.          (C) deve estar inscrito no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do órgão licitante ou do órgão competente do respectivo Município, ou Estado a que pertence o órgão licitante.          (D) deve estar inscrito no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do órgão licitante ou de qualquer outro órgão pertencente às Unidades da Federação (União, Estados, Distrito Federal ou Municípios).          (E) deve se cadastrar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do órgão licitante até quarenta e oito horas antes da abertura do pregão.</p>	

<p>22. Sobre o projeto de lei orçamentária anual, considere:</p> <p>I. Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.</p> <p>II. É permitido consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada, a ser posteriormente definida, face aos incidentes contratuais.</p> <p>III. A lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão.</p> <p>IV. As despesas do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais e custeio administrativo não integrarão as despesas da União, e não serão incluídas na lei orçamentária.</p> <p>V. Conterá, dentre outros requisitos, reserva de contingência destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.</p> <p>Nesses casos, estão corretos APENAS</p> <p>(A) I, III e V.                  (B) I e IV.                  (C) II, III e IV.                  (D) II, III e V.                  (E) II e V.</p>	<p>25. Certo dia, coube a dois agentes administrativos – Percival e Joviano – prestar atendimento ao público. Ao final do expediente desse dia, eles observaram que:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– juntos, haviam atendido 81 pessoas pela manhã e 56 pessoas à tarde;</li> <li>– as quantidades de pessoas que haviam atendido pela manhã eram diretamente proporcionais às suas respectivas idades: 32 e 40 anos;</li> <li>– os números de pessoas atendidas à tarde eram inversamente proporcionais aos seus respectivos tempos de serviço no Ministério Público: 8 e 6 anos</li> </ul> <p>Nessas condições, se Percival era o mais jovem e Joviano trabalhava há menos tempo no Ministério, comparando-se o total de pessoas atendidas apenas por Percival e o total das atendidas apenas por Joviano, é correto afirmar que Percival atendeu</p> <p>(A) 25 pessoas a mais que Joviano.                  (B) 21 pessoas a menos que Joviano.                  (C) 21 pessoas a mais que Joviano.                  (D) 17 pessoas a menos que Joviano.                  (E) 17 pessoas a mais que Joviano.</p>
<p>23. Aponte a alternativa que NÃO contém instrumentos de transparência da gestão fiscal expressamente previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal:</p> <p>(A) O Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal.                  (B) Os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias.                  (C) As prestações de contas e o respectivo parecer prévio.                  (D) A avaliação do cumprimento das metas do ano anterior e demonstrativo de evolução do patrimônio líquido.                  (E) O incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.</p>	<p>26. Hoje, Filomena gastou 3 horas de trabalho ininterrupto para digitar <math>\frac{3}{5}</math> do total de páginas de um texto e, amanhã, Gertrudes deverá digitar as páginas restantes. Considerando que a capacidade operacional de Gertrudes é 80% da capacidade de Filomena, então, o esperado é que Gertrudes digite a sua parte em</p> <p>(A) 2 horas.                  (B) 2 horas e 30 minutos.                  (C) 3 horas.                  (D) 3 horas e 30 minutos.                  (E) 4 horas.</p>
<p>24. Quando o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 90% (noventa por cento) do limite e quando os gastos com inativos e pensionistas se encontram acima do limite definido em lei, os poderes e órgãos responsáveis devem ser alertados pelos</p> <p>(A) Sistemas de controle interno.                  (B) Secretários da Fazenda.                  (C) Tribunais de Contas.                  (D) Controladores Gerais da União e dos Estados.                  (E) Ministérios Públicos.</p>	<p>27. Se uma dívida, contraída a juros compostos e a uma taxa fixa, aumentou 125% em 2 anos, a taxa anual de juros cobrada foi de</p> <p>(A) 25%                  (B) 27,5%                  (C) 45%                  (D) 47,5%                  (E) 50%</p>

28. Um agente administrativo foi incumbido de tirar cópias das 255 páginas de um texto. Para tal ele só dispõe de uma impressora que apresenta o seguinte defeito: apenas nas páginas de números 8, 16, 24, 32, ... (múltiplos de 8) o cartucho de tinta vermelha falha. Considerando que em todas as páginas do texto aparecem destaques na cor vermelha, então, ao tirar uma única cópia do texto, o número de páginas que serão impressas sem essa falha é

- (A) 226
- (B) 225
- (C) 224
- (D) 223
- (E) 222

29. No ano de 2007, uma Unidade do Ministério Público recebeu mensalmente apenas um lote de certo tipo de suprimento. Relativamente às quantidades de suprimentos desses lotes, sabe-se que:

- a média aritmética das quantidades recebidas nos doze meses era igual a 61;
- excluído o lote de dezembro, a média aritmética das quantidades recebidas nos meses restantes passou a ser 60.

Nessas condições, quantas unidades de suprimento havia no lote de dezembro?

- (A) 48
- (B) 54
- (C) 60
- (D) 72
- (E) 78

30. Em uma Unidade de uma Repartição Pública vai ser construído um anfiteatro com as seguintes especificações:

- a sua forma deverá ser semelhante à de um paralelepípedo retângulo;
- deverá acomodar no máximo 270 pessoas;
- a medida do comprimento do seu piso deverá ser igual ao triplo da medida da largura;
- a altura do anfiteatro deverá medir 3,6 m.

Supondo que para cada pessoa seja necessário um volume de  $4 \text{ m}^3$ , então a área do piso dessa sala, em metros quadrados, será de

- (A) 300
- (B) 345
- (C) 360
- (D) 375
- (E) 390

**LÍNGUA PORTUGUESA**

Atenção: As questões de números 31 a 40 baseiam-se nos textos apresentados abaixo.

**Texto I**

*Representantes de 190 países acordaram ontem, na Indonésia, diretrizes para um novo regime político contra o aquecimento global. O chamado “mapa do caminho de Bali”, festejado por diplomatas e visto com ceticismo por ambientalistas, foi aceito no encerramento da 13ª Conferência do Clima (COP-13). Frente à resistência por ações concretas, o resultado é histórico.*

(Cristina Amorim. **O Estado de S. Paulo**, 16 de dezembro de 2007)

**Texto II**

*Continua acesa a discussão em torno dos resultados da reunião da convenção do clima em Bali. E talvez uma síntese dos argumentos colocados tanto pelos que vêem avanços como pelos que se decepcionaram possa estar no velho dito popular “ruim com ele, pior sem ele”. De fato, o resultado é modesto. Mas, sem o que se decidiu, continuaríamos avançando em direção a situações cada vez mais graves, interrompendo um processo de negociações que possa levar a compromissos de redução das emissões de gases.*

*O acordo de Bali reconhece que o aquecimento já apontado pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas é inequívoco, que retardar um acordo para reduzir emissões aumenta o risco de impactos graves, que os cortes a definir terão de ser profundos e que é preciso chegar a um acordo sobre eles, negociando já a partir do início de 2008, para aprovar, até o final de 2009, um texto que inclua os compromissos de todos os países, a vigorar em 2013, quando cessa a vigência do Protocolo de Kyoto. Além disso, pela primeira vez, o G77, que inclui os países em desenvolvimento, aceitou que serão necessárias, de sua parte, metas de redução das emissões. E o texto, também pela primeira vez, explicita que o futuro tratado deve incluir entre seus objetivos a redução do desmatamento em florestas tropicais.*

*De fato, não há como fugir aos temas que se referem aos países em desenvolvimento. Eles respondem por 74% do aumento da demanda de energia previsto para as próximas décadas, e a maior parte continuará a vir da queima de combustíveis fósseis. E as emissões provocadas por desmatamentos, queimadas e mudanças no uso do solo em florestas já*

respondem por 20% do total das emissões globais. Esses países têm argumentado que os industrializados emitem mais e há mais tempo; a eles, portanto, cabe a maior responsabilidade pela redução. É verdade, mas isso não isenta os demais países. E é possível calcular com quanto cada um deles, desenvolvido ou em desenvolvimento, contribuiu para a concentração de gases que já estão na atmosfera, provocando as mudanças do clima. O argumento de que reduzir as emissões prejudicaria o desenvolvimento econômico pode ser respondido dizendo que só prejudica formas insustentáveis de desenvolvimento, centrado apenas no crescimento econômico a qualquer custo.

(Adaptado de Washington Novaes. **O Estado de S. Paulo**, 21 de dezembro de 2007)

31. Frente à resistência por ações concretas, o resultado é histórico. (Texto I)

A frase acima, em outras palavras, significa corretamente:

- (A) Aceita-se esse resultado devido às opiniões contrárias à eficácia de decisões reais e verdadeiras.
- (B) Os participantes da reunião de Bali apresentavam opiniões divergentes, e muitos resistiam às mudanças previstas.
- (C) A resistência à tomada de decisões era real e verdadeira nas discussões em Bali sobre aquecimento global.
- (D) A história da reunião de Bali deverá registrar a participação efetiva de todos os países no combate ao aquecimento global.
- (E) São importantes as diretrizes obtidas, em vista das posições contrárias a medidas efetivas de controle ambiental.

32. O ditado popular transcrito no 1º parágrafo do Texto II faz sentido considerando-se que

- (A) os resultados obtidos no encontro de Bali não foram os esperados, naquele momento, para a concretização de medidas de controle do aquecimento global.
- (B) o acordo intergovernamental não surtiu efeito, pois os problemas ambientais aparecem com conseqüências cada vez mais graves em todos os países.
- (C) o impasse no processo de negociações entre os países participantes da convenção de Bali resultou no avanço indiscriminado do aquecimento global.
- (D) os argumentos utilizados na defesa do clima não foram os mais adequados para justificar o envolvimento dos países no controle do aquecimento global.
- (E) a ausência de decisões efetivas no encontro de Bali virá agravar as condições climáticas, apesar das medidas a serem adotadas por todos os países.

33. É correto inferir do Texto II que, na opinião do autor,

- (A) será extremamente difícil reduzir as emissões, tendo em vista que se trata de medidas a serem adotadas pelos países desenvolvidos, que temem prejuízos econômicos.
- (B) cabe exclusivamente aos países em desenvolvimento a redução das emissões, por terem sido eles os maiores responsáveis pela atual situação do aquecimento global.
- (C) é possível haver redução na emissão de gases sem prejuízo para um modelo econômico com formas sustentáveis de desenvolvimento.
- (D) são enormes os custos econômicos das medidas de redução das emissões de gases na atmosfera, o que torna inviável sua aplicação efetiva.
- (E) surgiu uma rivalidade entre os interesses econômicos de países desenvolvidos e daqueles em desenvolvimento, que impediu o acordo na convenção de Bali.

34. A importância dos países em desenvolvimento, de acordo com o Texto II, encontra-se no fato de que

- (A) o futuro tratado deve incluir entre seus objetivos a redução do desmatamento em florestas tropicais.
- (B) respondem por 74% do aumento da demanda de energia previsto para as próximas décadas.
- (C) esses países têm argumentado que os industrializados emitem mais e há mais tempo.
- (D) é possível calcular com quanto cada um deles ...contribuiu para a concentração de gases... na atmosfera.
- (E) reduzir as emissões prejudicaria o desenvolvimento econômico.

35. A frase do Texto II que traduz sentido conotativo é:

- (A) *Continua acesa a discussão em torno dos resultados da reunião da convenção do clima em Bali.*
- (B) *E talvez uma síntese dos argumentos ...*
- (C) *... e que é preciso chegar a um acordo sobre eles ...*
- (D) *... quando cessa a vigência do Protocolo de Kyoto.*
- (E) *... e a maior parte continuará a vir da queima de combustíveis fósseis.*

36. O desenvolvimento das idéias no 2º parágrafo do Texto II ocorre por meio de

- (A) repetição enfática da mesma afirmativa, como realce necessário à importância atribuída ao *Acordo de Bali*, com os compromissos que devem *vigorar em 2013*.
- (B) introdução de várias outras idéias secundárias ao tema desenvolvido, no sentido de mostrar a obrigação aos participantes de chegar a um acordo a respeito dos *compromissos de todos os países*.
- (C) reprodução exata dos termos a que chegaram os participantes do *Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas* para apontar as negociações previstas até o final de 2009.
- (D) paralelismo sintático, na seqüência de orações subordinadas ao verbo principal *reconhece*, que se coordenam entre si, até a *partir do início de 2008*.
- (E) intencional incoerência no sentido de chamar a atenção para o fato de que o aquecimento global é *inequívoco*, e que a *vigência do Protocolo de Kyoto* cessa em 2013.

37. *É verdade, mas isso não isenta os demais países.* (último parágrafo do Texto II)

O pronome grifado acima substitui corretamente, considerando-se o contexto,

- (A) o cálculo da participação de cada país na emissão de gases na atmosfera.
- (B) a queima descontrolada de combustíveis fósseis em diversos países.
- (C) a maior responsabilidade dos países industrializados quanto à emissão de gases.
- (D) o resultado dos desmatamentos, queimadas e mudanças no solo de florestas.
- (E) o possível prejuízo à economia de alguns países, especialmente daqueles em desenvolvimento.

38. A forma verbal que aparece originalmente **no singular**, no Texto II, e que poderia ser empregada corretamente **no plural** está grifada na frase:

- (A) ... *sem o que se decidiu ...*
- (B) ... *um processo de negociações que possa levar a compromissos ...*
- (C) ... *que o aquecimento já apontado pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas é inequívoco ...*
- (D) ... *um texto que inclua os compromissos de todos os países ...*
- (E) ... *cada um deles, desenvolvido ou em desenvolvimento, contribuiu para a concentração de gases ...*

39. ... *para aprovar, até o final de 2009, um texto ...* (2º parágrafo do Texto II)

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o do grifado acima está na frase:

- (A) *De fato, o resultado é modesto.*
- (B) ... *como fugir aos temas ...*
- (C) ... *já respondem por 20% do total das emissões globais.*
- (D) ... *que já estão na atmosfera ...*
- (E) ... *só prejudica formas insustentáveis de desenvolvimento.*

40. Considerando-se os textos I e II, a única afirmativa INCORRETA é:

- (A) Ambos os textos se referem a um mesmo assunto, embora se diferenciem quanto ao tipo de texto e ao seu objetivo.
- (B) O Texto II se desenvolve a partir das informações presentes no Texto I, com comentários mais abrangentes e pertinentes sobre o mesmo fato.
- (C) Identifica-se, nos dois textos, posicionamento semelhante dos autores em relação ao assunto abordado.
- (D) A idéia central de ambos os textos apóia-se na oposição entre o otimismo e o ceticismo que permearam as discussões em Bali.
- (E) O ditado popular reproduzido no Texto II garante a coesão na seqüência das idéias, podendo ser utilizado como título coerente com o desenvolvimento.

**LEGISLAÇÃO**

41. No que diz respeito à Organização do Estado, em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que os Estados federados

- (A) não podem proceder a uma incorporação entre si, com o objeto de anexarem a outro Estado.
- (B) podem intervir em seus Municípios, salvo naqueles existentes nos Territórios Federais, caso em que a União é quem poderá intervir.
- (C) podem subdividir-se para formarem outros Municípios, inclusive na região metropolitana.
- (D) não podem intervir em seus Municípios, exceto para assegurar a observância de quaisquer princípios constitucionais.
- (E) não podem desmembrar-se para a formação de Territórios Federais, visto que sua criação é de competência da União.

42. Tendo em vista as prescrições constitucionais aplicáveis à Organização dos Poderes, analise:

- I. A imunidade formal implica na subtração da responsabilidade penal, civil e política do parlamentar por suas opiniões, palavras e votos.
- II. As imunidades dos parlamentares são irrenunciáveis, o que não ocorre com a respectiva representação.
- III. Em relação à natureza jurídica do *impeachment*, a maioria da doutrina nacional entende ser de natureza política, existindo outras posições considerando-o de natureza penal, e ainda outras, como de natureza mista.
- IV. A competência originária do Supremo Tribunal Federal qualifica-se como um conjunto de atribuições jurisdicionais de extração social, comportando a extensão de seu rol, que é exemplificativo.

Nesses casos, são corretos APENAS o que se afirma em

- (A) I e IV.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) I, II e III.

43. Dentre os direitos e garantias fundamentais existentes na Constituição Federal, encontra-se o direito à vida, sendo certo que este direito

- (A) deve ser avaliado e protegido, preponderantemente, na esfera da medicina-legal e, subsidiariamente, nas normas constitucionais aplicáveis a espécie.
- (B) traduz, sob o aspecto biológico, o direito à integridade física, excluindo-se a psíquica, tendo em vista a vedação constitucional da pena de morte, entre outras.
- (C) abrange tão somente a vida extra-uterina, posto que a intra-uterina é qualificada como mera expectativa de um direito, e sua maior relevância é na área cível.
- (D) vem resumido, de forma singela, no direito à sobrevivência física, por não haver implicância ou relevância no fato abstrato da dignidade da pessoa humana.
- (E) significa, considerado em sentido mais amplo, o direito a condições materiais e espirituais mínimas necessárias a uma existência condigna à natureza humana.



<p>44. Assinale a alternativa referente a órgãos ou entidades que NÃO integram a Administração Indireta:</p> <p>(A) Ministérios; Secretarias de Estado; e Secretarias Municipais.</p> <p>(B) sociedades de economia mista; empresas públicas; e autarquias.</p> <p>(C) fundações instituídas pelo Poder Público; autarquias; e sociedade de economia mista.</p> <p>(D) autarquias; sociedades de economia mista; e consórcios públicos.</p> <p>(E) sociedades de economia mista; consórcios públicos; e empresa pública.</p>	<p>48. No que se refere ao controle da Administração Pública analise:</p> <p>I. Solicitação ou súplica escrita, dirigida pelo interessado à autoridade, autora do ato, para que o retire do ordenamento jurídico ou o modifique segundo suas pretensões.</p> <p>II. Pedido de reexame do ato ou decisão de agente ou órgão que o interessado faz a agente ou órgão superior, visando o seu desfazimento ou modificação.</p> <p>Os conceitos acima se referem, respectivamente, a</p> <p>(A) reclamação administrativa e recurso administrativo.</p> <p>(B) recurso administrativo e direito de petição.</p> <p>(C) pedido de reconsideração e recurso administrativo.</p> <p>(D) pedido de reconsideração e direito de petição.</p> <p>(E) reclamação administrativa e pedido de reconsideração.</p>
<p>45. Desconcentração administrativa é</p> <p>(A) terceirização de execução de serviços para empresas permissionárias, com ou sem licitação.</p> <p>(B) atribuir a outrem poderes da Administração.</p> <p>(C) delegação de execução de serviços para empresas concessionárias, mediante licitação.</p> <p>(D) repartição das funções entre os vários órgãos de uma mesma administração.</p> <p>(E) descentralização das atividades públicas ou de utilidade pública.</p>	<p>49. NÃO se inclui entre os sujeitos passivos da improbidade administrativa</p> <p>(A) os órgãos da administração direta.</p> <p>(B) a empresa ou entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com até trinta por cento do patrimônio ou da receita anual.</p> <p>(C) os órgãos da administração indireta ou fundacional.</p> <p>(D) a empresa incorporada ao patrimônio público.</p> <p>(E) a entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público.</p>
<p>46. Sobre os atos administrativos, considere:</p> <p>I. Ato constitutivo é aquele pelo qual a Administração cria, modifica ou extingue um direito ou uma situação do administrado.</p> <p>II. Ato declaratório é aquele pelo qual a Administração apenas atesta ou reconhece determinada situação de fato ou de direito.</p> <p>III. Auto-executoriedade é atributo do ato administrativo pelo qual ele pode ser posto em execução pela própria Administração Pública.</p> <p>IV. Ato de gestão é o que a Administração pratica usando da sua supremacia sobre o administrado ou servidor e lhes impõe obrigatório atendimento.</p> <p>V. Ato discricionário é o que a Administração pode praticar com liberdade de escolha de seu conteúdo, de seu destinatário, de sua conveniência, de sua oportunidade e do modo de sua realização.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I, III e V.</p> <p>(B) II e IV.</p> <p>(C) II, III e V.</p> <p>(D) III e IV.</p> <p>(E) IV e V.</p>	<p>50. Sobre os atos de improbidade administrativa, considere:</p> <p>I. O ato de improbidade administrativa não se caracteriza por omissão do agente público.</p> <p>II. O ato de improbidade administrativa pode se caracterizar mesmo que não tenha havido prejuízo para o erário.</p> <p>III. Caracteriza ato de improbidade administrativa conduta que atente contra o princípio da moralidade.</p> <p>IV. Atos que importam enriquecimento ilícito só configuram improbidade administrativa se causarem prejuízo ao erário.</p> <p>V. A apuração dos atos de improbidade administrativa dependem da investigação criminal e da conclusão do processo administrativo.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I, II e V.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II, IV e V.</p> <p>(E) III e IV.</p>
<p>47. Obrigação de reparar danos causados a terceiros em decorrência de comportamentos comissivos ou omissivos, materiais ou jurídicos, lícitos ou ilícitos, imputáveis aos agentes públicos. Esse conceito refere-se à teoria da responsabilidade</p> <p>(A) subjetiva do agente público.</p> <p>(B) contratual do Estado.</p> <p>(C) subjetiva do Estado.</p> <p>(D) da culpa civil.</p> <p>(E) extracontratual do Estado.</p>	

**INFORMÁTICA**

51. Os aplicativos abertos pelos usuários no Windows XP, que podem ser alternados como janela ativa ou inativa, são apresentados na forma de
- (A) botões na barra de tarefas.  
 (B) ícones na área de trabalho.  
 (C) opções no menu iniciar.  
 (D) ferramentas no painel de controle.  
 (E) ícones na área de notificação.
- 
52. Um papel de parede pode ser aplicado no Windows XP por meio das Propriedades de Vídeo na guia
- (A) Temas.  
 (B) Aparência.  
 (C) Área de trabalho.  
 (D) Proteção de telas.  
 (E) Configurações.
- 
53. Estando o cursor em qualquer posição dentro do texto de um documento *Word*, a função da tecla especial *Home* é movimentá-lo para o início
- (A) da tela.  
 (B) da linha.  
 (C) da página.  
 (D) do parágrafo.  
 (E) do documento.
- 
54. Para criar um cabeçalho novo em um documento *Word* deve-se primeiramente
- (A) clicar duas vezes na área do cabeçalho, apenas.  
 (B) selecionar a opção Cabeçalho e Rodapé no menu Inserir, apenas.  
 (C) selecionar a opção Cabeçalho e Rodapé no menu Exibir, apenas.  
 (D) clicar duas vezes na área do cabeçalho ou selecionar a opção Cabeçalho e Rodapé no menu Inserir.  
 (E) clicar duas vezes na área do cabeçalho ou selecionar a opção Cabeçalho e Rodapé no menu Exibir.
- 
55. Dada a fórmula  $= (A1+B1+C1+D1)/4$  contida na célula E1 de uma planilha *Excel*, para manter o mesmo resultado final a fórmula poderá ser substituída pela função
- (A) =MÉDIA(A1:D1)  
 (B) =MÉDIA(A1;D1)  
 (C) =MÉDIA(A1+B1+C1+D1)  
 (D) =SOMA(A1;D1)/4  
 (E) =SOMA(A1+B1+C1+D1)
- 
56. A formatação da altura de uma linha selecionada da planilha *Excel*, com a opção AutoAjuste, indica que a altura da mesma será ajustada
- (A) na medida padrão, apenas no momento da formatação.  
 (B) na medida padrão, automaticamente a cada redefinição da letra.  
 (C) na medida determinada pelo usuário, automaticamente a cada redefinição da letra.  
 (D) com base no tamanho da maior letra, automaticamente a cada redefinição da letra.  
 (E) com base no tamanho da maior letra, apenas no momento da formatação.
- 
57. A exibição de tela inteira do computador para mostrar da mesma maneira que o público verá a aparência, os elementos e os efeitos nos *slides* é utilizada pelo *PowerPoint* no modo de exibição
- (A) normal.  
 (B) de estrutura de tópicos.  
 (C) de guia de *slides*.  
 (D) de classificação de *slides*.  
 (E) de apresentação de *slides*.
- 
58. Uma apresentação em *PowerPoint* pode conter efeitos nas exibições dos *slides*, entre outros, do tipo esquema de transição
- (A) mostrar em ordem inversa.  
 (B) aplicar *zoom* gradativamente.  
 (C) máquina de escrever colorida.  
 (D) persiana horizontal.  
 (E) lâmpada de *flash*.
- 
59. Os dispositivos de rede de computadores que são interconectados física e logicamente para possibilitar o tráfego de informações pelas redes compõem *layouts* denominados
- (A) protocolos.  
 (B) topologias.  
 (C) roteamentos.  
 (D) arquiteturas.  
 (E) cabeamento.
- 
60. Considere:
- I. Uma *Intranet* é uma rede pública e uma *Extranet* é uma rede privada.  
 II. O protocolo padrão da *Internet* é o TCP/IP.  
 III. Os softwares plug-ins acrescentam funcionalidades aos navegadores da Internet.
- Está correto o que se afirma em:
- (A) I, II e III.  
 (B) I, apenas.  
 (C) I e III, apenas.  
 (D) I e II, apenas.  
 (E) II e III, apenas.